

Um Brasil melhor em 2011

(Murillo de Aragão)

Mesmo o mais amargo dos críticos deve reconhecer que o Brasil vive um importante ciclo de desenvolvimento econômico, fundamentado em princípios de credibilidade econômica e fiscal, carga tributária alta, complexa e injusta e expansão do crédito e do mercado interno. O Estado brasileiro, em especial na era Lula, foi protagonista. Mas não o único destaque, como muitos pensam. O setor privado foi importante para alavancar o ciclo de desenvolvimento que estamos vivendo, assim como o sistema financeiro público e privado e a boa gestão do Banco Central. Para 2011, temos boas perspectivas. E não apenas na economia, mas também em dois outros vetores relevantes: a política e a sociedade. Não devemos esperar que estes últimos avancem no mesmo ritmo da economia. Continuaremos a ver os índices de aperfeiçoamento desta pontificando sobre os demais. Porém, não podemos deixar de considerar avanços significativos. No campo da política, apesar da profusão de escândalos que marcou o cenário nacional, temos avanços que vão influir no desenho político de 2011: a ação do poder Judiciário sobre os políticos de comportamento inadequado; o maior rigor na aplicação das normas de fidelidade partidária e as regras do projeto Ficha Limpa. Outros dois aspectos merecem nota. No âmbito da Câmara dos Deputados, uma nova interpretação legislativa reduziu a possibilidade de medidas provisórias travarem as pautas de votação. Outra iniciativa, também de Michel Temer, foi a de limitar o contrabando de temas estranhos no corpo das medidas provisórias. Ainda politicamente, o entendimento do PT com o PMDB – no segundo mandato de Lula – apontou para um modelo de coalizão mais claro e de corresponsabilidade na gestão pública. Comparando com o modelo anterior de mensalão, onde a compra de apoio no varejo prevalecia, a situação representa um avanço. Em um país como o Brasil, a existência de coalizões claras é um imperativo para a estabilidade. Ainda que tenha como efeito colateral a diluição das plataformas presidenciais para contemplar a média do pensamento da aliança. Por exemplo, na atual coligação do PT com o PMDB foi estabelecido um processo de conciliação de teses de ambos os partidos para se chegar a um consenso básico. É uma novidade na política. No campo da sociedade, as novidades positivas decorrem tanto do crescimento econômico e da melhor distribuição de renda quanto do avanço de algumas práticas de interação com a sociedade civil. A emergência de uma nova classe C – hoje a maior classe do país – é uma realidade auspiciosa. Não é o fim do processo. Mas é uma etapa importante na construção de uma sociedade mais justa. Nos cálculos do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais da FGV-Rio, mantida a tendência de crescimento médio da economia no governo Lula, o Brasil cortará à metade o número de pessoas pobres até 2014. Em termos de participação da sociedade, sou testemunha de um processo muito interessante. Participo do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e lá presencio atores relevantes do capital e do trabalho debatendo o interesse público. Divergindo, como é natural. Mas, sobretudo, construindo consensos. De lá saíram decisões importantes do governo. Vejo avanços no campo da informação. Embora a mídia ainda seja superficial quando abundante e pouco relevante quando impressa, vemos a internet como um processo saudável de ampliação dos horizontes da informação. Combinando tudo, os vetores de avanços são positivos e devem apontar para um país melhor em 2011. Mesmo que ainda convivamos com inconsistências, contradições e iniquidades típicas de um país paradoxal como o nosso.